

Grande Sertão Participações S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao período findo em
31 de dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Grande Sertão Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Grande Sertão Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 08 de julho a 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grande Sertão Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 08 de julho a 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

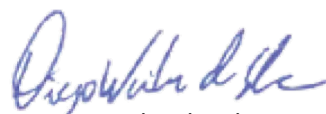
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

GRANDE SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e Equivalente de Caixa	5	24	Fornecedores		22
Títulos e Valores Mobiliários	6	155	Impostos e Contribuições a Recolher		2
Dividendos a Receber	7	1.855	Dividendos	8.c	1.846
		<u>2.034</u>	Outros Passivos Circulantes		<u>199</u>
					<u>2.069</u>
NÃO CIRCULANTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	
Investimento	7	143.361	Capital Social		132.380
Tributos a Recuperar		9	Reserva Legal		389
Intangível		17	Reserva de Lucros		5.538
		<u>143.387</u>	Outros Resultados Abrangentes		<u>5.045</u>
					<u>143.352</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>145.421</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>145.421</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE 8 DE JULHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2024
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	7	7.792
LUCRO BRUTO		7.792
Despesas operacionais		(34)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		7.758
Receita financeira		6
Despesa financeira		-
RESULTADO FINANCEIRO		6
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		7.764
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		9
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		7.773
RESULTADO POR AÇÃO		0,007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O PERÍODO DE 8 DE JULHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		7.773
Outros resultados abrangentes		
Instrumentos Financeiros Derivativos - Hedge (Grande Sertão I)	8.d	5.045
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		<u>12.818</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE 8 DE JULHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

		Capital social	Reservas de lucros		Outros Resultados		
	Nota explicativa	Subscrito	Reserva legal	Reserva de lucros	Abrangentes	Lucros Aumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		-	-	-	-	-	-
Integralização de Capital	8.a	132.380	-	-	-	-	132.380
Capital a Integralizar		-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	7.773	7.773
Destinação de Lucro					-		
Constituição de Reserva Legal	8.c	-	389	-	-	(389)	-
Constituição de Reserva de Lucros a Realizar	8.c	-	-	5.538	-	(5.538)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	8.c	-	-	-	-	(1.846)	(1.846)
Outros Resultados Abrangentes	8.d	-	-	-	5.045	-	5.045
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>132.380</u>	<u>389</u>	<u>5.538</u>	<u>5.045</u>	<u>-</u>	<u>143.352</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O PERÍODO DE 8 DE JULHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do período		7.773
Ajustes:		
Equivalência Patrimonial	7	(7.792)
Amortização do Intangível		1
Rendimento de títulos e valores mobiliários		(6)
		(24)
Variações nos ativos e passivos:		
Tributos a Recuperar		(9)
Fornecedores		22
Tributos e contribuições sociais a recolher		2
Outros passivos		199
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		190
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aporte de Capital Social em Coligadas		(84.000)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em Coligadas		(48.379)
Aquisições de bens do ativo intangível		(19)
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(178)
Resgate em títulos e valores mobiliários		30
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(132.546)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital	8.a	132.380
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		132.380
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		24
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O PERÍODO DE 08 DE JULHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Grande Sertão Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro. Seu principal controlador é o BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda.

A Companhia foi constituída em 8 de julho de 2024, tem como objeto social a atividade preponderante à gestão de participação em outras Companhias (Holding).

Como Holding, em seu controle acionário, ela possui as empresas Grande Sertão I Transmissora de Energia S.A. (“GSI”), Grande Sertão II Transmissora de Energia S.A. (“GSII”) e Grande Sertão III Transmissora de Energia S.A. (“GSIII”) (“Coligadas”) que são Sociedades Anônimas de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro.

A GSI é responsável pelo LOTE 04 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 001/2024. Esse lote compreende três trechos, que incluem quatro Linhas de Transmissão (LTs) de 500 kV, uma LT de 230 kV e seis subestações, das quais cinco serão ampliadas e uma nova será construída. Sua principal missão é a expansão da Rede Básica na área leste da Região Nordeste, garantindo o escoamento pleno das usinas já contratadas, ampliando a capacidade de conexão para novos empreendimentos de geração e atendendo ao crescimento da demanda local.

A GSII tem como principal objetivo expandir o sistema de transmissão na área sul da Região Nordeste e no norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, viabilizando a conexão e o escoamento de grandes volumes de energia renovável, com ênfase em usinas eólicas e solares.

Responsável pelo LOTE 06 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 001/2024, a GSII gerencia um projeto que engloba quatro Linhas de Transmissão (LTs) de 500 kV, além da ampliação de duas subestações e da construção de outras duas. Essa iniciativa fortalece a infraestrutura elétrica da região, impulsionando a transição energética e garantindo suporte ao crescimento sustentável do setor.

A GSIII tem como objetivo principal a expansão do sistema de transmissão na área sul da Região Nordeste e no norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, com o propósito de atender à demanda crescente por energia renovável, especialmente de usinas eólicas e solares.

Responsável pelo LOTE 14 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 001/2024, a GSIII é encarregada de um projeto que contempla uma linha de transmissão de 500 kV, que será construída integralmente no estado da Bahia, ligando Ourolândia a Jussiape.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC em consonância com a lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2025.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado.

2.1. Base de preparação

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 2.3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.4. Perda ("impairment") estimada de ativos não financeiros

Perda por redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos não financeiros.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de Dezembro de 2024 não identificamos indicativos de impairment sobre o investimento.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2. Investimento em Coligadas

A Grande Sertão Participações S.A. detém 49%, respectivamente, das ações da Grande Sertão I, Grande Sertão II e Grande Sertão III.

Os investimentos nas Companhias coligadas são registrados e avaliados pelos métodos de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional.

3.3. Redução ao valor recuperável de ativos

Ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3.4. Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

3.5. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no seu Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

3.6. Novas Normas e interpretações não efetivas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes aos contextos operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alteração em pronunciamentos contábeis em vigor:

As seguintes normas alteradas e interpretações não resultou em impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 26/IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
CPC 06/IFRS 16	Contabilização de "leaseback".	01/01/2024
CPC 40/IAS 7/ IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros.	01/01/2024

As alterações em pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 40/ IFRS 7	Divulgação de instrumentos financeiros	01/01/2026
CPC 48/ IFRS 9	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	01/01/2026
IFRS 18	Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	01/01/2027

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

a) Risco de crédito

A Companhia não possui contratos com exposição de risco de crédito em suas operações.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

c) Risco de taxas de juros

A Companhia não está exposta a risco de que uma variação de taxa de juros gere um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros considerando não ter celebrado operações ou contratos de exposição.

d) Valorização dos instrumentos de ativos e passivos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos de ativo e passivos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras e a fornecedores.

Os valores registrados no ativo têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2024, estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização e/ou avaliação:

Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia de continuar a oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2024 podem ser assim sumarizados:

	<u>31/12/2024</u>
Montante Total de Dívida (Passivo Circulante	
Acrescido de passivo não circulante)	<u>2.067</u>
Total do Patrimônio Líquido	<u>138.300</u>
Índice de Alavancagem Financeira	0,01

4.3. Ativos e Passivos por categoria

	<u>31/12/2024</u>	
	Valor Contábil	Valor Justo
<u>Ativos Financeiros</u>		
<u>Mensurados pelo valor justo</u>		
Títulos e valores mobiliários	<u>155</u>	<u>155</u>
	<u>155</u>	<u>155</u>
	<u>31/12/2024</u>	
	Valor Contábil	Valor Justo
<u>Ativos Financeiros</u>		
<u>Mensurados pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalente de caixa	<u>24</u>	<u>24</u>
	<u>24</u>	<u>24</u>
	Valor Contábil	Valor Justo
<u>Passivos Financeiros</u>		
<u>Mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	<u>22</u>	<u>22</u>
	<u>22</u>	<u>22</u>

4.4. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários, registrados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado, são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

4.5. Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (cenário Atual), segundo avaliação efetuada pela Administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2024.

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	2024			
		Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI	Caixa e equivalentes de caixa	24	2	3	3
	Títulos e valores mobiliários	155	13	17	21

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31/12/2024
Caixa	-
Banco	24
	<u>24</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Circulante	31/12/2024
Aplicação Financeira - Compromissada - CDB/LCA	155
	<u>155</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas, realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e vencimento maior que 90 dias.

7. INVESTIMENTO

	Ativo	Passivo	PL(a)	Resultado
Grande Sertão I	58.903	3.656	55.247	2.468
Grande Sertão II	126.767	13.158	113.609	9.574
Grande Sertão III	44.510	6.144	38.366	3.842
	<u>230.180</u>	<u>22.958</u>	<u>207.222</u>	<u>15.884</u>

(a) Abaixo apresentamos a composição do Patrimônio Líquido das coligadas, considerando a contribuição de cada acionista:

	Fundo Warehouse	GSP	Total PL
<u>Grande Sertão I</u>			
Capital Social	17.486	16.800	34.286
Capital a Integralizar	(8.526)	-	(8.526)
Reserva legal	63	60	123
Reserva de Lucros	897	862	1.759
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	9.676	9.676
Outros Resultados Abrangentes	12.884	5.045	17.929
	<u>22.804</u>	<u>32.443</u>	<u>55.247</u>
	Fundo Warehouse	GSP	Total PL
<u>Grande Sertão II</u>			
Capital Social	52.458	50.400	102.858
Capital a Integralizar	(25.577)	-	(25.577)
Reserva legal	244	235	479
Reserva de Lucros	3.478	3.344	6.822
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	29.027	29.027
	<u>30.603</u>	<u>83.006</u>	<u>113.609</u>
	Fundo Warehouse	GSP	Total PL
<u>Grande Sertão III</u>			
Capital Social	17.486	16.800	34.286
Capital a Integralizar	(8.526)	-	(8.526)
Reserva legal	98	94	192
Reserva de Lucros	1.396	1.342	2.738
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	9.676	9.676
	<u>10.454</u>	<u>27.912</u>	<u>38.366</u>

a. Movimentação do investimento

Investida	Investimento inicial	Equivalência Patrimonial (a)	Outros Resultados Abrangentes	Total	AFAC	Dividendos a receber	Saldo Final em 31 de dezembro de 2024
Grande Sertão I	16.800	1.212	5.045	23.057	9.676	(290)	32.443
Grande Sertão II	50.400	4.697	-	55.097	29.027	(1.118)	83.006
Grande Sertão III	16.800	1.883	-	18.683	9.676	(447)	27.912
	<u>84.000</u>	<u>7.792</u>	<u>5.045</u>	<u>96.837</u>	<u>48.379</u>	<u>(1.855)</u>	<u>143.361</u>

(a) Para fins de equivalência patrimonial da Companhia, foi considerado o resultado referente ao período de julho a dezembro de 2024, conforme sua data de constituição em 08 de julho de 2024.

A Grande Sertão I será remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$111,7 milhões - data de referência 15 de setembro de 2023) será reajustada anualmente pelo IPCA.

Durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, a Companhia sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel. Atualmente, a empresa está em fase pré-operacional, com foco na obtenção das Licenças Ambientais necessárias a implantação do Projeto.

A Grande Sertão II é remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$284,3 milhões - data de referência 15 de setembro de 2023) será reajustada anualmente pelo IPCA.

Durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, a Companhia sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel. Atualmente, a empresa está em fase pré-operacional, com foco na obtenção das Licenças Ambientais necessárias a implantação do Projeto.

A Grande Sertão III será remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$162,9 milhões - data de referência 15 de setembro de 2023) será reajustada anualmente pelo IPCA.

Durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, a Companhia sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel. Atualmente, a empresa está em fase pré-operacional, com foco na obtenção das Licenças Ambientais necessárias a implantação do Projeto.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro 2024 é de R\$132.380 (centro e trinta e dois milhões, trezentos e oitenta mil), dividido em 874.690.778 (oitocentos e setenta e quatro milhões, seiscentos e noventa mil e setecentas e setenta e oito) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social ficou distribuído entre os seguintes acionistas:

Acionistas	31/12/2024	
	Quantidade de Ações	% do Capital social
BTG Pactual Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada	302.036	34,53
Fundo de Investimento em Participações Development Fund Warehouse - Multiestratégia Investimento no Exterior	572.605	65,47

b. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, terá a seguinte destinação:

5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.

25% serão distribuídos como dividendo obrigatório.

O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

c. Reserva lucros

A reserva de lucros tem a seguinte composição: reserva legal e reserva de lucros.

c.1. Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A destinação concernente a reserva legal em 2024 foi no valor de R\$389.

c.2. Dividendos propostos

No exercício de 2024, foram constituídos dividendos mínimos no valor de R\$1.846, com a seguinte base de cálculo:

	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	7.773
Constituição de reserva legal (5%)	(389)
Base de cálculo dos dividendos	7.384
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	1.846

c.3. Reserva de lucros

A Reserva de lucros possui como finalidade reter a parcela do lucro do exercício não realizado em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

O valor destinado a reserva de lucros no exercício de 2024, foi no montante de R\$5.538.

	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	7.773
Reserva legal (5%)	(389)
Lucro a distribuir	7.384
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(1.846)
	<u>5.538</u>

d. Outros Resultados Abrangentes

Refere-se ao efeito de hedge dos instrumentos financeiros derivativos do tipo “NDF - Non Deliverable Forward” de USD, contratados em 2 de abril de 2024 para a cobertura do risco de fluxo de caixa em moeda estrangeira decorrente do compromisso firme - Contrato de fornecimento de Cabos de Alumínio - Alubar Metais e Cabos S.A. assinado pela Grande Sertão I Transmissora de Energia S.A.

9. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui contingências com risco de perda provável ou possível a ser divulgados, de acordo com seus advogados internos e externos.

10. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de fevereiro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a deliberação para Aumento de Capital social do montante de R\$132.379 (cento e trinta e dois milhões trezentos e setenta e nove mil) para R\$177.379 (cento e setenta e sete milhões trezentos e setenta e nove mil), mediante a emissão de 45.000.000 (quarenta e cinco milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 28 de fevereiro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a deliberação para Aumento de Capital social de R\$177.379 (cento e setenta e sete milhões trezentos e setenta e nove mil), para R\$223.268 (duzentos e vinte e três milhões duzentos e sessenta e oito mil), mediante a emissão de 45.888.707 (quarenta e cinco milhões oitocentos e oitenta e oito mil e setecentos e sete) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e, compra das ações ordinárias nominativas e sem valor nominal do capital social das Companhias Grande Sertão I, II e III, de titularidade do Fundo de Investimento em Participações Development Fund Warehouse, para a Grande Sertão Participações S/A, que dessa forma passará a deter 100% das ações das companhias.

Em 18 de março de 2025 em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a reversão da provisão referente ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório das empresas Grande Sertão I, Grande Sertão II e Grande Sertão III. Adicionalmente, deliberou-se pela convocação da Assembleia Geral Ordinária para apreciação e aprovação da matéria.